

ATA N.º 240

----- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ordem de Trabalhos

**1 Ata**

1.1 Ata 239 de 24 junho 2016

**2 Correspondência**

**3 Período de antes da Ordem do Dia**

3.1 Assuntos de Interesse Local

**4 Período da Ordem do Dia**

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara

4.2 Taxas de IMI 2017

4.3 IMI 2017 – Reduções

4.4 Participação Variável IRS 2017

4.5 Derrama 2017

4.6 TMDP 2016

4.7 4ª Revisão Orçamental

**5 Período Destinado ao Público**

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos.

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:

- Albano de Amaral Macedo

- Alexandre Paulo Tavares Machado

- Ana Maria Tavares Mendes

- Ana Patrícia da Silva Ferreira

- Ana Raquel Machado e Costa

- António Manuel Martins de Bastos

- António da Silva Portela

- Carla Andreia Coutinho Tavares

- Carla Manuela Borges Soares

- Cipriano de Arede Nogueira

- Claudino da Fonseca Soares

- Custódio Tavares Pereira de Lima

- David da Silva Alves

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva

- José de Bastos da Rocha

- José Carlos Ribeiro de Sousa

- José Luís da Silva e Almeida

- Júlio Martins Fernandes

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro

- Manuel da Silva Soares

- Mariana Fernanda Martins de Bastos

- Mário Coutinho Martins

- Mário José Costa da Silva

- Renata Liliana da Costa Marques

- Sérgio Soares da Silva

- Toni Pedro Ribeiro Martins

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-

presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins e Idalina Pereira Tavares, Vereadores.-----

--- Foram registadas as faltas de Rui Manuel Arede Lopes, que apresentou justificação de falta e Sandra Henriques da Silva que comunicou a sua falta durante o decurso da sessão, tendo a mesa da Assembleia Municipal considerado como justificadas as duas faltas.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

### -----**Ordem de trabalhos**-----

**1 Ata** – Antes de apreciar a ata n.º 239, da sessão de 24 de junho de 2016, o presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém teria alguma alteração a fazer à mesma, tendo o membro Toni Martins pedido para corrigir o texto da sua intervenção, uma vez que, onde se lia 2015 devia ler-se 2014. O membro Albano Macedo pediu para incluir uma parte da sua intervenção, que tinha ficado por transcrever, que era a proposta de aquisição das estatuetas e a entrega das mesmas aos homenageados. Analisada a referida ata, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com as alterações sugeridas, e com os votos a favor dos membros Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Sandra Silva, Sérgio Silva e Toni Martins, que estiveram presentes naquela sessão.-----

### **2 Correspondência:**-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Moção pela abolição das portagens na A24 e A25 apresentada pela Assembleia Municipal de Viseu;-----
- Revisão dos acordos de execução da freguesia de Sever do Vouga;-----
- Convite do Município de Oliveira de Frades para o Festival Frango do Campo;-----
- Convite para a inauguração da Ficavouga 2016;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para o 1º Encontro Motard Vouga Sport Clube;-----
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para a cerimónia de transmissão de mandatos;-----
- Convite da empresa MWS – Master Welding Solutions para a apresentação dos seus serviços;-----
- Convite do Vouga Sport Clube para assistir ao 39º Ralicross de Sever do Vouga.-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conta de que Renata Liliana da Costa Marques passa a membro efetivo da Assembleia Municipal por falecimento do senhor Alexandre Fernandes Tavares.-----

O presidente da Assembleia Municipal verificou a identidade e legitimidade de Renata Liliana da Costa Marques.-----

### -----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

#### **3.1 – Assuntos de Interesse Local**-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi de **Carla Manuela Borges Soares**, começando por dizer que, na comunicação do senhor presidente da Câmara podia ler-se, no ponto relativo à ação social escolar, que pelo terceiro ano consecutivo, no âmbito da rede escolar 2016/17, há como objetivo uma melhor qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos do primeiro ciclo, ainda que implique custos acrescidos para o Município. Disse parecer-lhe um bom princípio, porém, questionou se em turmas com vinte e seis alunos, até que ponto esse objetivo não será posto em causa? Referiu que, por outro lado, há mobilidade de alunos de uma freguesia para a outra e, assim sendo, uma vez que não há turmas “puras”, até que ponto essa mobilidade se justificava? Disse ter sido abordada por vários encarregados de

educação naquele sentido e que gostaria que fossem dados à Assembleia alguns esclarecimentos sobre o modo como foram conduzidas as alterações relativas aos anos de escolaridade a frequentarem as diferentes escolas (Cedrim, Paradela e Talhadas) na medida em que tal apenas foi comunicado aos encarregados de educação na véspera do início do ano letivo e quando já muitas decisões haviam sido tomadas, nomeadamente, quanto ao almoço dos alunos locais. Disse que, pelo que tinha sido informada, aquela alteração ocorreu a pedido de alguns pais que usaram o nome da Associação de Pais de Talhadas, quando os restantes elementos não foram informados, não tendo sido por isso uma decisão da Associação, mas apenas de alguns elementos, parecendo ter sido por interesses pessoais, considerando ter sido uma decisão lamentável. Disse ser de igual modo lamentável o facto de, no dia da reunião, que decorreu na escola básica de Paradela na véspera do arranque letivo, ainda não tivesse sido possível confirmar o transporte dos alunos para o dia seguinte. Relembrou a questão de segurança e da necessidade de pôr em prática o que é estipulado na lei, dando o exemplo do acompanhamento de um adulto aquando do transporte e o uso das cadeiras. Transmitiu o desagrado de alguns encarregados de educação, nomeadamente na freguesia de Pessegueiro, pois dependendo do trajeto efetuado pelo transporte, estão obrigados a suportar mais esse custo, na medida em que a escola abre apenas às 8:45 pelo que têm que encontrar eles uma solução.-----  
Elogiou a oferta dos manuais escolares aos alunos do primeiro ciclo, mas disse que foi uma decisão divulgada tardiamente, uma vez que muitos encarregados de educação já teriam adquirido os manuais.-----  
Alertou para a necessidade de intervenção urgente na E.N. 16, resultado das derrocadas provocadas pelas intempéries, questionando para quando estaria previsto o início daquela intervenção.-----  
Deixou um alerta à necessidade de uma intervenção de limpeza e manutenção na rotunda do cruzamento na Ponte, no Parque da Cabreia e no parque no Arruamento Novo.-----  
Lembrou a situação do muro de Silva Escura cujas obras estão paradas, o acesso à Pena, Folharido, à falta de sinalização, em Dornelas, na estrada que ficou danificada devido ao incêndio.-----  
Por fim, e mais uma vez, questionou para quando estaria prevista a continuação ou conclusão das obras na zona envolvente à Igreja de Cedrim, junto ao cemitério, bem como do Largo de Nossa Senhora dos Milagres, em Paçô, na medida em que é lamentável deixar que se arraste por tanto tempo a conclusão de trabalhos.-----  
Seguidamente, foi dada a palavra a **Albano de Amaral Macedo** que começou por questionar a que se ficou a dever o atraso na implementação do concurso para concessão da Praia Fluvial tendo-se deparado com a falta de apoio na zona de grande afluência turística e de residentes.-----  
Questionou, também, a qualidade de água do concelho, que foi considerada das piores por serem incluídos os valores de alguns fontanários nos índices e parâmetros, quando tal não traduz a realidade. Sugeriu que fossem retirados os fontanários como parâmetros de avaliação.-----  
Relativamente à limpeza nos coletores e tubagens da AdRA, disse ter lido pequenos comunicados e avisos sobre o efeito, mas que essa informação não chega a todos. Perguntou porque é que o executivo não tomava as devidas medidas comunicacionais de modo a que essa informação de limpeza de tubagem fosse transmitida a todos os municípios? Nas missas dominicais, nos jornais locais ou através de editais.-----  
Referiu que, nas atas das reuniões do executivo aparecem deliberações de atribuição de subsídios a associação ou entidades, por se “tratarem de atividades de reconhecido interesse público e promoção do concelho”, e questionou se para algumas associações é necessário apresentarem contas, relatórios de atividades do ano transato e plano de atividades para o futuro, e para outras não. Disse julgar haver uma desigualdade de critérios que nada abona a transparência.-----  
Ainda dentro do campo de promoção do concelho, perguntou se não seria benéfico para o concelho a autarquia estabelecer uma parceria com as entidades de transportes sediadas no concelho e que fazem transportes internacionais e de longo curso, de modo a que a imagem

do concelho, das paisagens e do logotipo ou mesmo da indicação de capital do mirtilo, fosse colocada em imagens impressas nos veículos dessas transportadoras.-----

E, ainda, por existirem alguns “free-lancers” de craveira internacional, que viajam por muito lado, não seria interessante estabelecer uma parceria com eles e pintar nas suas caravanas imagens da nossa terra? Falou, por exemplo, de Bruno Fonseca, que leva a imagem do concelho por muito lado e que em conversa informal se mostrou receptivo a essa filosofia de comunicação.-----

Referiu uma das últimas reuniões da Câmara, segundo a Ata n.º 15, onde o Dr. Messias Cardoso demonstrou a sua insatisfação com a forma como estava a decorrer o licenciamento de uma obra que pretendia executar numa das suas propriedades.-----

Perguntou se é com reduções da derrama ou com a agilização de processos de investimento e de criação de estruturas de apoio às empresas, que o futuro vingará com mais força de desenvolvimento?-----

Perguntou se não seria hora de procurar agilizar os processos, não cometendo ilegalidades e modernizar a função?-----

Por último, o membro Albano Macedo aproveitou para ler o voto de pesar apresentado na sequência da morte do membro da Assembleia Municipal, senhor Alexandre Fernandes Tavares, que se passa a transcrever:-----

“Faleceu, no passado dia 31 de julho, o Ti Lexandre – Alexandre Fernandes Tavares, membro desta Assembleia Municipal. É a primeira vez que se regista um óbito de um membro em efetividade de funções neste órgão. Já passaram sessenta dias, mas é um dever nosso recordá-lo com saudade. O Ti Lexandre não terminou este seu mandato, por infortúnio da vida, pois ele apreciava este nosso debate e troca de ideias. O Alexandre Fernandes Tavares nasceu em 30 de abril de 1943, em Talhadas, mas foi em Cedrim, mais propriamente em Carrazedo que conquistou a simpatia de todos. Foi membro de diversos órgãos autárquicos e de coletividades locais. Era um homem de poucas palavras, sempre com um sorriso, mesmo nos últimos dias e na última sessão de junho, notava-se um pouco acabado. Ele gostava da vida comunitária e autárquica e era um homem dedicado à causa pública. Exemplo dessa dedicação também a sua passagem como dirigente por diversas associações e coletividades do concelho. Na sua dimensão local estava sempre disponível para auxiliar os seus colegas autarcas no alcançar dos seus objetivos e na melhoria das condições da vida das gentes da sua terra. Por toda a sua vida pública a Assembleia Municipal de Sever do Vouga aprova este voto de pesar pelo falecimento de Alexandre Fernandes Tavares e presta homenagem à sua memória.”-----

O **presidente da Assembleia Municipal** referiu tratar-se de uma proposta à Assembleia Municipal e nos termos regimentais passava de imediato à apreciação, perguntando se alguém queria inscrever-se em relação a este voto de pesar?-----

O membro **Toni Martins** fez uso da palavra para transmitir que a bancada do PSD se associava ao voto de pesar proposto por Albano Macedo.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** referiu que, através das opiniões transmitidas pelos líderes das três bancadas, passava a ser uma proposta dos líderes dos grupos municipais, colocando à votação o voto de pesar, que foi aprovado por unanimidade.-----

A próxima intervenção foi a de **Toni Pedro Ribeiro Martins** que recordou um assunto abordado pela bancada do PSD na sessão de 24 de junho de 2016, sobre a preocupação pelo estado de conservação e manutenção dos locais mais emblemáticos do ponto de vista turístico, dizendo que continua tudo na mesma, dando como exemplo a praia fluvial da Quinta do Barco que esteve entregue a si própria sem as suas infraestruturas de apoio em funcionamento, o que originou um descontentamento geral dos cidadãos do concelho, projetando uma imagem negativa do concelho. Para esclarecimento de todos os membros da Assembleia Municipal e cidadãos do concelho, questionou a forma de gestão da praia fluvial, se estava a ser gerida pela União de Freguesias de Cedrim e Paradela ou pelo município.-----

Alertou para a manutenção do parque da Cabreia e Fílveda, que estão a merecer uma maior atenção.-----

Sobre a manutenção e limpeza dos percursos pedestres, assunto falado na última sessão, nomeadamente, na zona do Braçal, acrescentou que os caminhos de acesso ao Braçal encontram-se degradados e com depósitos de entulho, sendo que o seu acesso só é possível através da utilização de veículos pesados ou todo-o-terreno. Sugeriu, ainda, que fosse analisada a sinalização de acesso aos Amiais que parece ser insuficiente do ponto de vista turístico.-----

Falou sobre as dificuldades do concelho em criar novas oportunidades de emprego e que se devem, em parte, às difíceis condições de acesso ao concelho e, assim sendo, a requalificação da E.N. 16, ou uma alternativa à mesma, seria a solução mais óbvia, embora seja uma solução demorada. Disse ser necessário minimizar o problema, cuidando da manutenção das vias de acesso existentes.-----

Relativamente aos transportes públicos, disse ser necessário promover e apresentar soluções para que as pessoas queiram visitar Sever do Vouga. Nesse sentido, sugeriu que fosse publicado o mapa dos diversos itinerários e horários nos jornais locais e regionais, na agenda cultural do município e, ainda, no site do município.-----

Falou sobre a época de incêndios, perguntando sobre aquilo que o executivo tinha considerado ter corrido bem ou mal e quais as medidas que pretende implementar para reduzir os riscos no próximo ano. Também pediu para serem esclarecidas as parcerias existentes com os bombeiros, as Juntas de Freguesia e os conselhos diretivos de baldios para minorar os problemas existentes.-----

Por fim, perguntou se o executivo possuía meios ou algum plano de prevenção de forma que todas as pessoas saibam como agir em caso de deteção de um enxame de vespas velutinas.-----

Para responder às questões colocadas, foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que começou pela intervenção de **Carla Soares**, dizendo ter considerado a mesma um elogio ao executivo e não uma crítica porque tudo aquilo que tinha referido correspondia àquilo que estava a ser feito. Informou que não é o executivo que define as redes escolares, limita-se a dar um parecer, que foi enviado atempadamente à DGEstE, mas que não foi considerado. Disse ser essa a razão pela qual ainda existe alguma contestação em relação à definição da rede, uma vez que o executivo não concorda com a mesma. Informou que o executivo iniciou, em conjunto com o Agrupamento, há três anos, um processo de turmas limpas e verificou-se que a DGEstE não autorizou a proposta apresentada. Mais disse que, em março, tinha sido enviada uma comunicação a dizer que não se pretendiam alterações em relação ao passado ano letivo, que funcionou com dezanove turmas. Perto do arranque do ano letivo a DGEstE veio comunicar que tinham sido definidas dezassete turmas, tendo começado a contestação por parte do município nessa altura. Informou que, na semana anterior à sessão, um representante da DGEstE tinha vindo visitar algumas escolas e não tinha constatado constrangimentos em relação às turmas existente. Mais disse que os transportes escolares estavam organizados para funcionarem como no ano letivo anterior, quando uns três dias antes do arranque a DGEstE informou o município de que iriam existir apenas dezassete turmas. A alteração das regras e dos critérios vieram alterar tudo.-----

Relativamente à oferta de livros, disse tratar-se de um objetivo estipulado para o atual mandato e entendeu-se ser altura a propícia para o fazer por se integrar na oferta dos livros do primeiro ano. Relativamente aos que adquiriram antes de terem conhecimento da iniciativa vão ser reembolsados.-----

Sobre as intempéries, disse ter sido aprovada na última reunião de Câmara a abertura de um concurso que vai tentar resolver todos os problemas das cheias de janeiro e fevereiro.--

Quanto ao muro em Silva Escura, disse ter existido alguns atrasos e que tem andado sistematicamente a pressionar o empreiteiro para que avance com a obra, sendo certo que ainda está dentro do prazo.-----

Relativamente à mina da Pena, disse ser um dos casos dos problemas das intempéries e que estaria inscrito no plano das intempéries.-----

Sobre os incêndios, disse que foi necessário elaborar um levantamento exaustivo dos danos e respetivos custos de reposição para ser entregue à DGAL.-----

Por fim, disse que iria averiguar a situação das obras nas zonas envolventes aos espaços mencionados.-----

Respondendo à intervenção de **Albano Macedo**, e começando pelas questões sobre a praia fluvial, o **presidente da Câmara Municipal** disse que a concessão foi devolvida em plena época balnear e foi necessário abrir um concurso para exploração do bar, procedimento que leva o seu tempo, mas que existem praias fluviais a funcionar sem bar.-----

Sobre as águas do concelho, disse ser um assunto sobre o qual falou várias vezes com os responsáveis das três Juntas de Freguesia que ainda detêm o serviço de fornecimento de água, para promoverem a transferência dos seus sistemas para a AdRA.-----

Relativamente aos subsídios, disse que os mesmos são atribuídos de acordo com o respetivo regulamento e que existem diferentes modos de atuação em relação aos três tipos de subsídios e são exigidos os mesmos procedimentos em todos e para todas as entidades beneficiárias.-----

Quanto à parceria com entidades de transportes, disse considerar uma boa ideia, tendo registado a mesma para implementação. Mais informou que estaria a ser trabalhado um plano de transportes intermunicipal que vai trabalhar algumas das situações referidas.-----

Sobre a questão dos embaixadores, disse estar a ser trabalhada a dinamização do nosso turismo além-fronteiras.-----

Sobre o pedido de licenciamento, disse tratar-se de uma obra iniciada sem licenciamento e que, depois de ser chamado à atenção, veio reclamar prazos, mas alguém que não está devidamente licenciado não pode reclamar que a Câmara atrase as coisas, pois os serviços informaram-no como devia proceder, sendo que ele tinha de fazer alterações para poder ser licenciado. Sobre a marcação do alojamento, disse ter tomado nota para ver o que se passou.-----

Sobre a homenagem ao senhor Alexandre Tavares, disse considerar muito bem prestar homenagem dentro da Assembleia e quis, em seu nome e em nome da Câmara Municipal, prestar essa homenagem lembrando-o como membro assíduo e como autarca interessado naquilo que era a sua função como membro da Assembleia Municipal.-----

Respondendo às questões colocadas na intervenção de **Toni Martins**, e começando pelos percursos pedestres, o **presidente da Câmara Municipal** disse ter registado a recomendação, mas que tinha ficado com a sensação de que o membro nunca tinha feito o percurso, aconselhando-o a passar por lá. Mais disse que estava em discussão a transferência da limpeza dos percursos para as juntas de freguesia.-----

Sobre a E.N. 16, disse não ser objetivo do executivo a sua requalificação, mas sim que seja uma estrada panorâmica e que sirva para outras coisas como visitas e paragens. Informou que estava a ser desenvolvido um projeto na área das margens do Rio Vouga acompanhando a E.N. 16 precisamente nessa perspetiva, não sabendo, ainda, para quando seria concretizado.-----

Quanto aos incêndios, disse que o município tinha dado o seu contributo para a elaboração de um relatório, por parte da CIRA, entretanto enviado ao senhor Secretário de Estado das Florestas e ao Ministério da Agricultura.-----

Sobre o plano de ação para combate das vespas velutinas, disse existir um grupo especializado no município que tem tratado das vespas, o qual inclui o vereador Raul Duarte e um voluntário.-----

Seguiu-se a intervenção de **Mário José Costa da Silva** que começou por perguntar se a autarquia, à semelhança do que fez Arouca, exigiu ao governo a imposição de limites à plantação de eucalipto, na área ardida do concelho. Disse parecer-lhe uma medida essencial para evitar erros do passado ao nível da gestão florestal, estando provado que as zonas que possuem árvores autóctones funcionam muito melhor como barreira ao fogo. Propôs a abertura legal para que cada concelho adote um plano de ordenamento e gestão florestal próprio, a implementar de forma integrada com os territórios vizinhos. Disse ser necessário haver uma reflorestação inteligente para Sever do Vouga, não apenas porque a maior parte da mancha florestal portuguesa já está coberta de eucalipto e é preciso inverter esse cenário, mas também porque os proprietários agrícolas enfrentam um problema social crescente, que é a dependência económica da monocultura - sobretudo do referido

eucalipto. Afirmou ser importante existir legislação que obrigue a reflorestar a área ardida com plantas autóctones, já que umas são mais adequadas às margens de rio e outras mais ajustadas à montanha.-----

Voltou a perguntar, por não ter ficado cabalmente esclarecido na última reunião deste órgão, se existe algum projeto previsto ou em execução para o centro histórico de alguma das aldeias ou vilas do concelho.-----

Por fim, chamou mais uma vez a atenção do executivo para a necessidade de um arquivo municipal digno e funcional, procedendo-se à digitalização gradual de toda a documentação, bem como de estabelecer contactos com instituições e particulares no sentido de avaliar o património documental existente, inventariá-lo, preservá-lo e, se possível adquiri-lo de forma a estar disponível para toda a comunidade.-----

A próxima intervenção foi a de **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que falou sobre um assunto que tinha abordado na sessão de dezembro 2014, assim como outros elementos da Assembleia Municipal na sessão de setembro de 2015, mais concretamente sobre a situação do lixo neste concelho. Seja porque o camião circulava várias vezes contra a sua mão para ficar ao lado do contentor público, seja porque os contentores colocados na vila não pareciam ter as melhores condições de isolamento por serem subterrâneos e já mostrarem sinais de estarem a abater e poderem colocar em risco a saúde pública, seja porque no momento em que se fazia a recolha não era a melhor altura, dado que era feita muitas vezes na hora de maior afluência de trânsito, seja porque o lixo ficava muito tempo sem ser recolhido originando contentores cheios, provocando um cheiro nauseabundo, seja porque não se verificava uma massiva desinfeção dos contentores. Muito tempo se passou e não se registaram melhorias a não ser o camião do lixo já não circular contra a mão. Disse ter-se verificado, na altura do verão, os contentores do lixo cheios a abarrotar, mesmo sem que fosse feita a sua recolha, ao ponto de se ir acumulando no chão. Referiu que a recolha na vila continuava a ser feita dentro dos horários de maior movimento de carros. Disse, ainda, que os contentores subterrâneos não proporcionavam um retirar prático e rápido de lixo do contentor, demorando tanto tempo que, num dia de semana, tirar o lixo num contentor no início da Rua do Casal, junto à curva em frente ao edifício da Segurança Social, faz com que o trânsito se encontre parado desde aí até ao edifício dos Paços do Concelho. Já para não falar no líquido nauseabundo que fica depois na estrada. Além disso, ainda não se conseguiu verificar nenhuma desinfeção naqueles contentores, nem nos normais, deste concelho.-----

Falou sobre o regresso do tribunal a Sever do Vouga, questionando se o mesmo iria funcionar em pleno ou se iria ser uma secção de proximidade exclusivamente para receber os papéis, realizar alguns julgamentos? Disse estar a colocar a questão pelo facto da senhora Ministra da Justiça ter sido mais comedida no anúncio das medidas ao dizer que seriam corrigidos erros de modo às populações terem uma justiça próxima e não referindo nada sobre a instalação de um tribunal no pleno das suas competências. Mais questionou se o tribunal iria funcionar num espaço que agora tem metade do tamanho anterior.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que começou por dizer que, em Portugal, os municípios ora tocam à direita, ora tocam à esquerda, mas que em Sever do Vouga toca-se ao som da concertina. Disse que, com o aproximar do fim de 2016, podia-se já afirmar que este será mais um ano que ficará para a história brilhante do nosso concelho, com a realização de mais uma Ficavouga, Feira do Mirtilo, inauguração do Museu Municipal e de uma cerimónia de entrega de medalhas de prata, de medalha de bronze e de mascotes dos filhos de Sever e enumerou algumas obras que se destacaram em 2016.-----

Falou sobre a obra pública do atual mandato, até ao momento, na freguesia de Couto de Esteves, com a qual o município gastou € 134 694,15, a beneficiação da Rua do Laranjal e Bouço Velho, em Couto de Baixo, aldeia aquela, para quem não sabe, tem um índice de ruralidade elevado e características arquitetónicas tradicionais que, juntamente com a extinta freguesia de Cedrim, fazem geograficamente parte da Região de Lafões, região com características próprias e que a distingue das regiões vizinhas. Referiu que, nas últimas duas décadas, com o declínio da agricultura, os cidadãos locais, a Junta de

Freguesia e as associações locais têm desenvolvido um trabalho incansável no sentido de direcionar a freguesia para o turismo, apostando em infraestruturas e iniciativas de carácter cultural, social e recreativo. Disse que, inicialmente, estava prevista a pavimentação da Rua do Laranjal em calçada portuguesa e a pavimentação da Rua do Bouço Velho em alcatrão. Contudo, um abaixo assinado com vinte e cinco assinaturas, a solicitar que ambas as ruas fossem pavimentadas em alcatrão, colocou o ponto para discussão na Ordem de Trabalhos da reunião do atual executivo de vinte e sete de julho. Outro abaixo assinado, mas com cinquenta e oito assinaturas, a defender o pavimento em calçada portuguesa na aldeia do Couto de Baixo nem sequer teve direito a constar na Ordem de Trabalhos do atual executivo para análise. Concluiu que o executivo cedeu a vinte e cinco assinaturas e pavimentou ambas as ruas em alcatrão, dizendo que a obra foi mal preparada ou neste concelho as obras agora realizam-se para satisfazer algumas clientelas. Referiu que, com a sua exposição não só quis dizer que o atentado que se fez àquela aldeia coloca em causa o património que outras gerações legaram, não estando em causa o alcatrão ou a calçada portuguesa, mas sim atos civilizados de gestão urbana. Sugeriu que no futuro as obras de arte construídas no concelho e os seus autores devam ser distinguidas e reconhecidos não com medalhas de prata, nem de bronze, mas sim com o grau ouro.-----

Por fim, enunciou algumas das razões pelas quais o ano de 2016 ficará para a história, nomeadamente os incêndios florestais, manchas acastanhadas da barragem de Couto de Esteves, desigualdades nas atividades extracurriculares do primeiro ciclo e, ainda, a distribuição equitativa das verbas atribuídas pelo município às freguesias.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que começou por responder á intervenção de **Mário Silva** dizendo que já tinha falado, em parte, sobre os incêndios afirmando que os limites em relação à plantação dos eucaliptos são questões muito complicadas e que tinha contribuído para um documento a apresentar ao governo sobre a questão do ordenamento das plantações de crescimento rápido. Informou que, no governo anterior, tinha sido apresentado um documento à senhora Ministra da Agricultura, daquela altura, em conjunto com os municípios de Albergaria-a-Velha e Águeda, para que isso fosse alterado e que a alteração que a lei teve nessa altura foi precisamente ao contrário, ou seja, o desordenamento completo da plantação de eucaliptos, e que os municípios não poderiam intervir.-----

Relativamente aos centros históricos, informou não existir apoio no quadro comunitário 20, mas que existe a ARU (área de reabilitação urbana) e a PARU (plano de ação para a regeneração urbana), que permite apenas a realização de intervenções na sede dos concelhos e não nas freguesias. De qualquer forma, está a ser pensada uma intervenção para o caso de Couto de Esteves.-----

Sobre o arquivo, disse considerar não existir material para o tipo de arquivo sugerido.-----

Relativamente à intervenção de **Diana Paiva**, o **presidente da Câmara Municipal** disse que, a recolha do lixo é uma das coisas que preocupa o executivo e que sabe como funciona a recolha do lixo noutros lugares, pois reside em Coimbra. Mais disse que, a questão dos horários é relativa, porque não existe um horário ideal para todos, tendo já sido realizados horários noturnos experimentais. Quanto à qualidade da recolha, disse ser outra questão e, no sentido de ser melhorado, está a ser pensada a hipótese de entregar esse serviço a uma empresa. No entanto, disse considerar que, com essa hipótese, o concelho não fica melhor, por terem uma menor qualidade nos serviços.-----

Relativamente ao Tribunal, disse que, a informação transmitida na passada quarta-feira, tinha sido aquilo que a Ministra da Justiça tinha afirmado, que iria voltar um tribunal para fazer julgamentos tal como acontecia antes de fechar. Quanto à área, o Ministério considerou ser suficiente, uma vez que irá funcionar com menos gente e, antes, nem sequer eram utilizados todos os espaços disponíveis.-----

Respondendo à intervenção de **Sérgio Silva**, o **presidente da Câmara Municipal** disse que a questão das medalhas era um processo que passava pela Assembleia Municipal e cujos métodos são conhecidos, reconhecendo que, possivelmente, toda a gente a quem foi atribuída medalha foi com mérito e, se existiam outros, terão a sua oportunidade de receber uma medalha.-----

Relativamente ao abaixo-assinado, o presidente da Câmara disse que o presidente da Junta sabia perfeitamente o que se passava na altura e aquilo que tinha sido dito que era a vontade do público daquela zona, dos munícipes daquela zona que manifestaram dificuldade em circular naquela rua, quer a pé, quer de carro, e de pessoas importantes que são investidores, também, que disseram que naquela curva iriam existir problemas com a calçada em pedra. Referiu que, depois da entrega daquele abaixo-assinado o presidente da Junta entregou outro abaixo-assinado com cinquenta e oito assinaturas onde encontrou apenas umas três pessoas de Couto de Esteves. Mais disse que, uma coisa era respeitar a vontade dos munícipes e pelo menos trabalhar com ela, outra coisa é respeitar as pessoas de fora que querem vir lá ao fim de semana e estar à maneira delas. Disse que seria bom que se conseguisse isso, não sendo, normalmente fácil conjugar as duas posições. Referiu, ainda, que o abaixo-assinado entregue pelo presidente da Junta tinha sido fora do tempo, pois o assunto não ia voltar a ser analisado em reunião de Câmara porque a decisão já tinha sido tomada.-----

Sobre as atividades extracurriculares, disse não perceber onde queria chegar, pois não seria possível abrir uma turma de atividades extracurriculares com dois ou três alunos, o que implicaria contratar mais pessoas e muito investimento por parte da Câmara. Disse, ainda, que a Junta de Freguesia está livre de apoiar uma coisa dessas, sendo uma das competências que as juntas também têm.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Silva** o qual referiu que o presidente da Câmara tinha referido que o presidente da Junta do Couto já sabia, mas continuava à espera de uma resposta ao ofício 19/2016 enviado à autarquia em março de 2016, tal como continua à espera da resposta ao e-mail enviado ao presidente da Câmara sobre aquele assunto. Mais referiu que, as vinte e cinco assinaturas eram realmente das pessoas que vivem em Couto de Esteves e que as cinquenta e oito assinaturas eram de vinte e cinco pessoas que moram lá e de mais quarenta e tais que eram de pessoas que visitam e passam lá os fins de semana. Sobre as atividades extracurriculares, disse que, se é possível criar uma turma naquele local, não sabe porque não é possível criar as atividades extracurriculares no mesmo espaço.-----

Respondendo às questões, o presidente da Câmara referiu que, em relação aos ofícios, dava ideia que o presidente da Junta não acreditava em si quando a informação lhe tinha sido transmitida no passeio dos idosos, mas que poderia enviar por escrito o que tinha sido dito, que passava por dizer que a pavimentação iria começar na segunda-feira seguinte.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** fez uso da palavra para dizer que não tinha percebido bem a questão apresentada por **Sérgio Silva** sobre as medalhas, pois tinham sido atribuídas por proposta aprovada por unanimidade, e que a questão desprestigiava aquilo que tinha sido uma proposta unânime dos grupos municipais e aprovada esmagadoramente. Disse que esses comentários iriam saber-se lá fora e que os homenageados iriam ter conhecimento. Mais transmitiu não ter gostado daquela referência às medalhas.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

#### ----- 4 – Ordem do Dia -----

**4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara:** - Foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Posto isto, como não houve qualquer questão passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

**4.2 Taxas de IMI 2017:** - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta aprovada pelo órgão executivo destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2017.-----

Com a proposta aprovada, nos termos do artigo 112º do mencionado diploma, as taxas do IMI, para o próximo ano, serão as seguintes:-----

- a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----
- b) Prédios urbanos: 0,325%.-----

**Vinte e cinco votos a favor** – Albano Macedo, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

**Uma abstenção** – Alexandre Machado.-----

**4.3 IMI 2017 – Reduções:** - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2017, foi aprovada, por unanimidade, a redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

**4.4 Participação Variável IRS 2017:** - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pelo presidente da Câmara, e aprovada pelo órgão executivo em reunião de 14 de setembro de 2016, para se manter a participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa prevista para o município que é de 5%.-----

**Sérgio Silva** interveio dizendo que as autarquias podem contribuir para baixar o IRS dos seus habitantes e que o número de municípios que prescinde de uma parte da receita do IRS a que teria direito e a oferece aos seus residentes tem vindo a aumentar. Disse que, há vários anos que entre as receitas das autarquias se inclui uma transferência equivalente a 5% da coleta do IRS dos seus cidadãos (residentes fiscais). Referiu que esta é uma das várias medidas de que podem tomar mão para se diferenciarem umas das outras e que as autarquias têm atualmente à sua disposição, e por essa via, tentarem atrair novos residentes e empresas. Contudo, no concelho de Sever do Vouga, que tem vindo a perder população e que continua na cauda dos rankings regionais e nacionais no que respeita a viver, negócios e visitar, o executivo considera que esta é “uma receita com elevada importância para a satisfação dos compromissos a assumir.” Sendo cada vez mais este um concelho de desigualdades e onde cada vez menos os compromissos são assumidos não podemos aceitar a proposta de manutenção da participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa, prevista para o município, que é de 5%.-----

**Vinte e cinco votos a favor** – Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, José Rocha, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques e Toni Martins.-----

**Uma voto contra** – Sérgio Silva.-----

**4.5 Derrama 2017:** - Foi apreciada a proposta apresentada pela Câmara, referente à fixação da taxa de 0,75% sobre o lucro tributável até € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e 1,25% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para a cobrança da Derrama em 2017, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos vinte e cinco membros presentes.-----

Através do líder, **Toni Martins**, foi transmitido que a bancada do PSD congratulou o executivo por ter considerado a proposta do vereador Nuno Ferreira.-----

**4.6 TMDP 2017:** - Para efeitos do previsto na alínea b), do n.º 3 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 182º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com o Regulamento n.º 38/2004, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2017.-----

**4.7 4ª Revisão Orçamental:** - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 4ª Revisão Orçamental de 2016, que corresponde à 10ª Modificação, com um reforço do orçamento no valor de € 450 000,00 (quatrocentos e cinquenta mil euros).-----

**Dezanove votos a favor** – Albano Macedo, Alexandre Machado, Ana Mendes, Ana Ferreira, Ana Costa, António Bastos, António Portela, Custódio Lima, David Alves, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Manuel Soares, Mariana Bastos, Mário Martins, Mário Silva, Renata Marques e Sérgio Silva.-----

**Sete abstenções** – Carla Tavares, Carla Soares, Cipriano Nogueira, Claudino Soares, Diana Paiva, José Rocha e Toni Martins.-----

-----**3 - Período Destinado ao Público**-----

Não houve qualquer participação.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----